

CONSELHO DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS DE FIP/FIEE

DELIBERAÇÃO N.º 03

Interpretação e aplicação do Artigo 83 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE (“Código”) – multa por descumprimento de disposição objetiva do Código

O Conselho de Regulação e Melhores Práticas de FIP/FIEE (“Conselho”), em reunião realizada em 08 de janeiro de 2016,

CONSIDERANDO QUE:

- (a) o Código, em seu Artigo 83, prevê que a Área de Supervisão de FIP/FIEE (“Área de Supervisão”) poderá aplicar multas até os limites dos valores estipulados no Código às Instituições Participantes que descumprirem suas disposições objetivas nos casos de (i) ausência dos requisitos obrigatórios determinados pelo Código para o Regulamento, Prospecto ou outros documentos relativos ao FIP/FIEE; ou (ii) inobservância de qualquer dos prazos estabelecidos no Código;
- (b) a reincidência das infrações a que se refere o item (i) acima deverá resultar na elevação da multa ao dobro da taxa de registro vigente, desde que não se refira a um mesmo documento; e
- (c) o Conselho tem como uma de suas atribuições emitir deliberações para a interpretação e esclarecimento das regras e princípios do Código;

ESTABELECE e DÁ CIÊNCIA às Instituições Participantes sobre os parâmetros adotados pelo Conselho para interpretação e aplicação do Artigo 83 do Código, conforme apresentados abaixo.

1. Para os casos de ausência de conteúdo mínimo obrigatório, nos termos do inciso I do art. 83 do Código, para Prospecto, Regulamento, Compromisso de Investimento, peças de publicidade e outros documentos, o valor da multa será correspondente à taxa mínima da ANBIMA e ABVCAP de registro do FIP ou FIEE vigente para a respectiva categoria do fundo.

1.1 Considera-se reincidente, para fins de disposto no §1º do art. 83 do Código, a Instituição Participante que no prazo de 24 (vinte e quatro) meses após a aplicação da multa pela Área de Supervisão deixe de incluir em outros documentos apresentados à ANBIMA os mesmos itens pelos quais já lhe foi imputada a penalidade tratada neste item 1 desta Deliberação.

2. Para os casos de não atendimento aos prazos estabelecidos no Código, nos termos do inciso II do art. 83 do referido diploma, o valor da multa diária será correspondente a 10% (dez por cento) da taxa mínima da ANBIMA e ABVCAP de registro do FIP ou FIEE vigente para a respectiva categoria do fundo.

2.1 Caberá a aplicação da multa à Instituição Participante quando houver diferentes e/ou sucessivos descumprimentos de prazos em relação ao mesmo FIP/FIEE.

2.2 Cada multa aplicada não ultrapassará o valor correspondente a 30 (trinta) dias de atraso.

3. Será concedido às Instituições Participantes o direito de contestar a aplicação de multa dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação feita pela Área de Supervisão.

3.1 A análise da contestação apresentada será feita pela Área de Supervisão, sob a orientação da Comissão de Acompanhamento de FIP/FIEE.

3.2 A Área de Supervisão comunicará à Instituição Participante sobre a manutenção ou não da multa aplicada.

4. Inicialmente, os apontamentos deverão ser tratados por meio de carta de orientação, de forma que a aplicação de eventuais multas deverá ocorrer apenas na hipótese de apontamentos repetidos no prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

4.1. Excepcionalmente, a critério da Comissão de Acompanhamento de FIP/FIEE, pode ser aplicada multa independente de envio anterior de carta de orientação.

5. Em observância ao disposto no Capítulo XX do Código, a Área de Supervisão, conforme a conveniência e materialidade, especialmente quando identificadas reincidências recorrentes de descumprimentos objetivos, poderá promover a correspondente investigação, com a abertura de Procedimento de Apuração de Irregularidades, com o objetivo de apurar eventual prática irregular pela Instituição Participante, nos termos disciplinados pelo Código.

6. Para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos, entrar em contato com Pedro Sanches, Juliana Ferreira ou Nathalia Fonseca nos telefones (11) 3471-5235, (11) 3471-5214 ou 3471-4252.

7. Esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.



Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho
Presidente do Conselho Regulação e Melhores Práticas de FIP/FIEE